



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XI

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2022

Nº 086

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
PRIMEIRA SECRETARIA	1665
SUP. DE RECURSOS HUMANOS.....	1666
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO.....	1668

TAQUIGRAFIA

9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

OBJETIVO: Discutir assuntos relacionados à atuação de determinadas técnicas, especificamente a Ozonioterapia, a ser utilizada em terapias pelos profissionais Terapeutas do Estado de Rondônia.

EM: 25.04.2022

INÍCIO: 15h38min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Redano, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para discutir sobre assuntos relacionados à atuação de determinadas técnicas, especificamente a Ozonioterapia, a ser utilizada em terapias pelos profissionais terapeutas do Estado de Rondônia.

Desde já, agradecemos a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no YouTube e pela TV Assembleia, canal 7.2.

Convidamos neste momento, para compor a Mesa desta Audiência Pública, o Excelentíssimo Senhor Deputado Esta-

dual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa e proponente desta Audiência Pública.

Excelentíssimo Senhor Coronel Bombeiro Militar Gilvander Gregório de Lima, Diretor Geral da Agência Estadual de Vigilância em Saúde — AGEVISA.

Senhora Maria do Socorro da Silva, Mestre em Ciências da Saúde, Assessora Executiva da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Senhora Adeilde Marques, Presidente da Federação Nacional dos Terapeutas — FENATE.

Senhora Ana Paula Guedes Brandão, enfermeira, representando a Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde — CAIS/SESAU.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Alex Redano, procederá à abertura desta solenidade.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Antes de darmos início, quero cumprimentar a todos com uma boa tarde, falar que é um prazer estar aqui para nós discutirmos um tema tão importante. Dar as boas-vindas à nossa presidente — está aqui no cantinho — obrigado pela presença em nosso Estado. A todos os demais componentes da Mesa, o nosso muito obrigado, a nossa gratidão.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir sobre assuntos relacionados à atuação de determinadas técnicas, especificamente a Ozonioterapia, a ser utilizada em terapias pelos profissionais terapeutas do Estado de Rondônia.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Neste momento eu convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Céus de Rondônia. (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José de Melo Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar. Gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, dos Vereadores Thonatan Libarde e Denivaldo Mendonça, vereadores da Câmara Municipal de Monte Negro/RO; Senhora Leiliane Brito, Gerente de Vigilância Sanitária da Agência Estadual de Vigilância em Saúde — Agevisa; Senhora Lara Lívia, Assessora de Comunicação da Secretaria Estadual de Saúde; Senhora Elisama Oliveira Duarte, Fisioterapeuta do CREFITO Jovem (Conselho Regional de

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: MARCELO CRUZ

1º Secretário: JAIR MONTES

2º Secretário: CIRONE DEIRÓ

3º Secretário: ALEX SILVA

4º Secretário: JHONY PAIXÃO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do N. Robles
Div. de Publicações e Anais - Eloy Santana Leôncio Almeida

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



Fisioterapia e Terapia Ocupacional); Senhor Ailton Andrade, Assessor Técnico da Secretaria de Estado da Saúde — SESAU; Senhor Breno Vilar, Assessor de Comunicação da Secretaria de Estado da Saúde — SESAU. Agradecemos, ainda, a todos os participantes que estão conosco nesta Audiência Pública por meio virtual. São muitos e nós gostaríamos de agradecer a todos vocês que estão conosco, do Brasil inteiro. Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Passo a palavra ao Deputado Alex Redano, que conduzirá a presente Audiência Pública.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Mais uma vez, cumprimento a todos com um boa tarde. Dar as boas-vindas à Dra. Ana Paula Guedes Brandão, representando, neste momento, a Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde, da Sesa-u.

À nossa Presidente, mais uma vez, muito bem-vinda ao nosso Estado de Rondônia. Sabemos que alguns Estados já avançaram, muitos municípios também, e nós estamos aqui para aprender com a senhora e sair esse encaminhamento, para que em Rondônia, também tenha incluso na Constituição Estadual, a carreira de Terapeuta. Senhora Adeilde Marques, Presidente da Federação Nacional dos Terapeutas — FENATE, bem-vinda.

Minha amiga Socorro, que é Mestre em Ciências da Saúde e é nossa Assessora Executiva da Presidência. Maria do Socorro da Silva, nossa querida Socorro.

Meu amigo especial, Coronel Bombeiro Militar Gregório, sempre uma sumidade em gestão. Todas as pastas que assume faz um trabalho de excelência. Tenho certeza, como Diretor-Geral da Agevisa também fará esse grande trabalho.

Quero cumprimentar os técnicos presentes aqui. Nosso muito obrigado, Ailton. Obrigado Ailton, seja muito bem-vindo.

Vamos passar as palavras. Quero cumprimentar os nossos vereadores presentes. Muito obrigado pela presença. O Thonatan, inclusive, tem uma Audiência Pública que eu tenho certeza que movimentará todo o Estado de Rondônia, que é sobre as nossas BRs. Nós já estávamos com caravanas de todo Estado prontas para vir e o Dnit, que é o principal órgão dessa Audiência, no dia anterior, na noite, cancelou a sua presença. E sem a presença do Dnit fica obsoleto. Mas, parabéns, Thonatan.

Também meu amigo Denivaldo, amigo de longa data. Fomos vereadores na mesma época e agora volta aqui à vereança. Faz um trabalho pujante. Estamos muito honrados com a presença de vocês. E também cumprimentar aqui a todos os participantes. Nós temos aqui pessoas de todo o país participando desta importante Audiência Pública. As pessoas que estão, que se fazem presentes aqui no Auditório, sejam muito bem-vindas.

Peço desculpas, estou um pouquinho rouco devido a nossa Audiência Pública em Rio Pardo. Quero aqui publicamente agradecer a todos os nossos servidores, que têm feito um trabalho de excelência e nos acompanhando a todos os rincões do nosso Estado de Rondônia. Foi uma Audiência com mais de 2 mil pessoas presentes. Nosso muito obrigado.

Para darmos andamento aqui, o primeiro passo, vou até pular a ordem das falas, passar aqui, para ter uma explanação geral do motivo da Audiência, inclusive, ressaltar que essa Audiência foi um pedido de um assessor meu que é fisio-

teapeuta, massoterapeuta, o Elmo de Cássio, do município de Machadinho D'Oeste.

Mas, antes, eu passo aqui a palavra para darmos andamento na Audiência, à senhora Adeilde Marques, pelo tempo necessário. Estamos aqui para ouvi-la.

A SRA. ADEILDE MARQUES – Boa tarde a todos. Agradeço ao Deputado Alex, pela sensibilidade em promover esse trabalho, que é muito importante. Nem todo mundo conhece as nuances dessa categoria que está há 18 anos na caminhada. Só gratidão mesmo, Deputado.

E agradecer, em nome dele, a todos os presentes na Mesa, a todos os participantes e aos nossos colegas de todo o Brasil que estão nos acompanhando nesse momento, atentamente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado pelas palavras. Passo aqui, e depois, se a senhora quiser, puder explicar, porque tem muitas pessoas que, mesmo na Mesa — eu me coloco como uma delas — que não têm conhecimento profundo também dos objetivos. Não sei se vai ter algum vídeo explicativo? No Data Show, ok.

Vou passar aqui às próximas falas. Passo a palavra aqui ao Excelentíssimo Coronel Bombeiro Militar, Coronel Gregório que é o Diretor-Geral da Agevisa.

O SR. GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA – Boa tarde a todos. Na pessoa do Presidente Deputado Alex Redano, um digno Presidente desta Casa de Leis, onde me acolheu muito bem quando vim aqui pela primeira vez e outras vezes. A última vez que vim aqui foi para ser sabatinado para assumir a direção da Agência. Agradeço pela homenagem que receberei na quinta-feira, agora, de Título de Cidadão Rondoniense. Sei que eu não mereço, mas agradeço em nome da minha família, da minha esposa Valdirene, o Júnior, a Gabriela, meu esteio, essa boa acolhida.

E, a nossa Presidente, Dona Adeilde, que veio de tão longe para nos trazer esse momento de discussão que é importante. Agradecer à nossa Assessora Socorro, Doutora Socorro, aqui da Assembleia. E a nossa querida, representante do CAIS/ SESAU, Doutora Ana Paula e os demais integrantes da Mesa e minha assessora, Doutora Leiliane.

É muito bom, é salutar discutir. É salutar discutir, é salutar ver os prós e os contras. É salutar evoluir dentro de um parâmetro legal, dentro de uma justeza legal para que todos saiam ganhando, principalmente, a sociedade.

Quero agradecer o convite, estamos aqui para ouvir, aprender, se possível, opinar. E o que for decidido pela Assembleia, nós somos cidadãos, mas, principalmente, ouvir os lados para que possamos entender o contexto dessa importante decisão que sair daqui. E conte conosco, para contribuir. Agradecer a presença dos nossos internautas que estão ouvindo aqui esta Casa de Leis. E ao deputado, rogo que o senhor tenha um mandato de presidência com bastante sabedoria e graça, para beneficiar e abençoar o nosso querido Estado de Rondônia. São as minhas palavras iniciais e tenho dito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns pelas palavras, Coronel Gregório. A Socorro, devido ao atraso da Audiência, abriu mão da fala neste momento. Eu convido para a fala inicial a Senhora Doutora Ana Paula Guedes, represen-

tando a Coordenadoria de Atenção Integral à Saúde – CAIS, Sesau.

A SRA. ANA PAULA GUEDES – Boa tarde. Eu quero agradecer a oportunidade de estar compondo esta Mesa. Quero saudar a todos. Sou enfermeira do Estado desde 2012, atualmente, estou compondo a Coordenação de Atenção Integral à Saúde. E me faz pensar muito sobre esse tema dessa Audiência, que é sobre a Ozonioterapia. Até porque, a gente consegue visualizar a evolução da questão das práticas que o Ministério da Saúde tem para proporcionar um bem-estar à comunidade, à população.

Eu venho falar sobre a questão dessa Portaria, de 2018, que inclui na política nacional, as práticas integrativas e complementares à questão da Ozonioterapia. Realmente, ainda é algo muito novo, talvez para a gente aqui no Brasil, mas é uma técnica já utilizada em vários países e que a gente consegue, através de estudos, através de pesquisas, identificar alguns benefícios que essa técnica tem para proporcionar para a comunidade/população.

E, a partir do momento que eu decidi fazer alguns cursos sobre Ozonioterapia, eu acabei me apaixonando por essa técnica. Como nós estamos trabalhando dentro de uma coordenação que trabalha as redes de atenção do Estado de Rondônia, é interessante que a gente faça parte desse movimento, desta Audiência, para que a gente possa se informar, para que a gente possa ter uma visão mais aberta do que vem trazer de benefício à nossa população. Porque eu acho, enquanto enfermeira, quando eu decidi ser enfermeira — fui formada pela Universidade Federal de Rondônia em 2008 —, quando eu decidi, realmente, fazer esse curso foi para fazer o bem, para cuidar, que é o que nos é ensinado: a arte do cuidar.

Então, tudo aquilo que traz benefícios à comunidade, cabe a mim enquanto cidadã, enquanto profissional da saúde, enquanto enfermeira me envolver e poder contribuir da melhor forma possível. E estou aqui representando a Secretaria de Estado da Saúde com todo prazer e privilégio por estar compondo esta Mesa. Obrigada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado. Nós que estamos honrados com a sua presença, Ana Paula. Os vereadores gostariam de usar a palavra? À disposição.

Com a palavra, Vereador Thonatan.

O SR. THONATAN LIBARDE - Boa tarde a todos. Cumprimentar a todos que compõem a Mesa. Só aproveitar a oportunidade, Deputado, para te agradecer pela sua atuação, pelo trabalho que você vem prestando em todo o Estado, atuando em todos os segmentos e, essas Audiências Públicas são de suma importância para a população.

Então, só quero deixar aqui ao senhor, o meu reconhecimento. E dizer que o Vale do Jamari está bem representado e acredito que logo, logo vamos conseguir fazer essa tão sonhada Audiência da BR-421. Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado. Eu que agradeço e somos gratos também pela sua intervenção. Em seu nome quero parabenizar a todos os vereadores do Estado, que trazem muitas demandas. O vereador é o primeiro para-choque, é onde a população vai na casa, tem o contato pessoal com o parlamentar e muitas importantes demandas que chegam até

esta Casa são vindas dos vereadores. Então, nosso muito obrigado.

Todos na Mesa fizeram uso da fala. Tem algum vídeo ou alguém que vai ilustrar os pedidos da Audiência? Adeilde tem uma apresentação? Pode ficar à vontade. Se precisar ficar em pé, o que precisar, pode ficar à vontade. Quer vir apresentar de lá? É melhor, é melhor.

A SRA. ADEILDE MARQUES – Vamos conhecer um pouquinho a nossa história. Está dando para todo mundo ouvir bem?

(Apresentação de slides)

A Federação Nacional dos Terapeutas (FENATE) nasceu em 2004.

Pode passar, por gentileza.

Aí é um pouquinho da minha história pessoal. Eu sou Bacharel em Jornalismo, Radialista profissional, Bacharel em Matemática, Pós-Graduada em Gestão Estratégica, Terapeuta Floral, desde 1980 — onde eu fazia em paralelo —, Morfologista do Sangue Vivo, Radiestesista (ambiental e humano), Fitoterapeuta, dentre outros. Sou uma das fundadoras da federação e temos uma história bem longa nesses 18 anos, que está no nosso site, no meu currículo.

Por favor, próximo slide.

Vamos entender como é que começou essa história. Até o ano 2000... Vamos voltar um pouquinho. Em 1997 começou um movimento no Brasil e no mundo, a respeito das terapias. Até então não existia nada, nenhum movimento, mas um senhor da Europa, Fermín Cabal — muito interessado em conhecer as terapias —, saiu pelo mundo em 1997, formando. Chegou aqui no Brasil, formou também um grupo, houveram alguns movimentos nesse período, até 1998, por aí, depois parou o movimento.

No ano 2000, nós começamos a reunir terapeutas. Até então, os grupos eram muito pequenos, pessoas que iam para fora do Estado, meia dúzia de terapeutas mesmo, que tinham poder aquisitivo, iam para fora do Estado para fazer seus cursos. Mas nesse período, eu comecei me interessar também pelas terapias e como jornalista, eu usei a minha arma para divulgar e trazer vários cursos para Aracaju. Formamos uma série de pessoas, obviamente, que naquela época quase nada se conhecia a respeito, os cursos eram de final de semana, uma semana, naquele período era assim. O de Homeopatia foram 2 anos. Eu já vislumbrava que um curso de final de semana não seria interessante, não prepararia ninguém para o mercado de trabalho.

Então, 3 anos depois, nós fizemos o primeiro encontro de terapeutas em Sergipe e fundamos a Associação de Terapeutas do Estado. Mas um grupo — eu fazia parte de um grupo de terapeutas florais no Brasil —, e eles pediram para fazer a Associação de Terapeutas Florais. Fundamos também.

Por favor, próximo slide.

E aí, começamos. Fizemos o Primeiro Encontro de Terapeutas. Naquele período, em 2004, fundamos o sindicato e depois fizemos o segundo encontro. Nesse segundo encontro, a gente já tinha essa ideia da regulamentação, da questão da ética, da questão dos cursos, leis que regulamentem, matrizes curriculares — que até hoje, ainda é uma intenção de fazer uma coisa correta, que ainda não é, nem na faculdade que existe no Brasil, que é a Unisul. A matriz curricular inicial deles,

realmente, não contemplava, não preparava para o mercado de trabalho. Nesse encontro, a gente fez uma carta conclusiva, trabalhando todas essas questões e entregamos à Deputada Luiza Erundina. Isso em 2007.

Por favor, próximo slide.

A primeira experiência nossa foi na Casa Legislativa, na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, onde levamos para aquela Casa — e graças a Deus foi aprovado por unanimidade —, essa intenção, de que essa categoria existia — nós somos mais de 600 mil no Brasil, atualmente —, e que precisava dessa regulamentação. Então, foi todo um preparo, uma coisa que foi acontecendo, foram acontecendo.

Por favor, próximo slide.

E aquele grupo que pediu para eu fundar a Associação dos Terapeutas Florais, pediu o Estatuto e fundou em vários Estados, mas associações. Daí, surgiu a Federação Nacional dos Terapeutas Florais — Fenaflor e assumiu a pessoa que era de Brasília, pela posição estratégica dele em buscar as leis para essa categoria.

Por favor, próximo slide.

Só que ele renunciou. Ele precisou ir para os Estados Unidos, como eu era vice, tive que assumir — o José Joacir. Em 5 de dezembro de 2005, tivemos a posse da nova diretoria e eu comecei a andar. Por favor, pode passar, eu vou adiantando. Comecei a andar lá, no mês de dezembro de 2005, para ver o que eu ia fazer, eu não tinha noção de nada na realidade. O que tinha de evento, movimento, visitas a senadores, deputados, ministérios, inclusive. Nós saímos, em um mês, conhecendo o que a gente ia fazer, tentando entender o que a gente ia fazer. Na época, a realidade foi essa. E o Senador Cristóvam Buarque, de todas as portas que a gente bateu, foi o único que se interessou pela causa. Porque ele entendeu que, naquele momento, existiam muitos projetos de leis, mas individuais. Só a Fenate que um projeto levou onde juntava todas as terapias.

Por favor, próximo slide.

E a gente foi entendendo o organograma do sistema. Eu entendi que uma federação não poderia ser constituída por associações, e sim por sindicatos. E consegui montar na minha cabeça esse organograma, com esse entendimento, onde os sindicatos — precisaria de 5 para a gente poder ter a Carta sindical, da federação. A confederação também, 5 federações e por aí vai.

Vamos lá, próximo slide.

De Fenaflor à Fenate. O que aconteceu? Pode passar. Logo em seguida, quando eu entendi o que era que a gente tinha que fazer, a primeira coisa que fizemos foi reunir a diretoria, os 6 Estados, para alterar o estatuto. Porque a gente entendeu na época que Federação Nacional dos Terapeutas Florais, a gente ia atuar somente por uma especialidade das terapias. Então, alteramos para Federação Nacional dos Terapeutas, onde abrangemos todas as terapias naquele momento, pautados na Organização Mundial de Saúde. Foi aí que nasceu a Fenate, em 2006.

Por gentileza, próximo slide.

Daquela reunião, do encontro com o Senador Cristóvam Buarque, gerou uma Nota Técnica e ele nos chamou, nos convidou em 20 de fevereiro de 2006, para uma reunião com a equipe técnica do Senado, onde compareceram aquele grupo de técnicos, uma pessoa do Ministério da Saúde também e fomos discutir. Eles queriam entender o que eu queria, porque era o único projeto que, realmente, abrangia todas as terapias.

Por favor, próximo slide.

Bom, o que acontece? Nós começamos, a partir daí, a pensar na identidade, não existia a identidade do terapeuta. Criamos a carteira de identidade profissional, por favor, e fomos construindo as bases. Criamos a Resolução 03, onde a gente criava critérios para a filiação de pessoa física, também de pessoa jurídica, escolas, enfim, os certificados de conclusão de segundo grau ou nível superior, porque a gente filia pessoas tanto de nível médio como de nível superior.

Interessante que, atualmente, nós temos filiados de várias categorias profissionais acadêmicas, porque os seus conselhos não aceitam as terapias. Está meio confuso isso ainda para mim. Então a gente recebe, sim. Nós temos fisioterapeutas, tivemos médicos, várias especialidades, farmacêuticos, todos filiados à federação para atuar com terapia. Porque a gente entende que eu sou terapeuta, eu sou filiada à Federação Nacional dos Terapeutas pelo meu Estado. Eu sou jornalista, eu sou filiada à minha federação, que é aqui em Brasília, Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas). Eu sou astróloga, eu sou filiada ao Sindicato dos Astrólogos do Rio de Janeiro. E por aí vai.

Eu acho que esse é o entendimento que eu tentei levar naquela... em 2010 quando houve o ato médico. E eu fiz parte de todas as reuniões, eu levei essa ideia. Porque assim, se é fisioterapeuta, por exemplo, quer atuar com terapia e o conselho não aceita, a Fenate recebe. Recebe, ampara, defende, que esse é o papel da federação: defender.

Por favor, próximo slide.

E criamos a questão da carga horária, que a gente estabeleceu em 180 horas mínimas, para o curso de reiki. Porque o reiki é de um final de semana, então nós estabelecemos que, o módulo 1 seria de um final de semana, mas eles teriam 21 dias para autoaplicação. E dentro dos grupos de WhatsApp, que foi sugestão nossa, que foram criados por turma — até hoje ainda é assim — se comporia 60 horas por módulo. Então 3 módulos dariam 180 horas. Mas os demais, não. Uma massoterapia, 180 horas não tem nada a ver, não prepara ninguém realmente. E as demais, acupuntura, hoje, 2000 horas. E assim nós fomos organizando.

Criamos o Conselho Nacional de Ética, criamos o Código de Ética do Terapeuta, critérios para reconhecimento de cursos, que estava tudo solto. Todo mundo abria um livro, na outra semana estava montando uma turma e jogando no mercado de trabalho. Então, a gente teve muito trabalho com isso, mas hoje as pessoas já estão conscientes, elas mesmas já vêm para a gente avaliar. Porque a gente avalia, a gente sugere se tiver alguma coisa que não está legal, carga horária, enfim. Nós temos esse cuidado. Aí a gente registra.

Por favor, próximo slide.

E aí começou a minha jornada, lá em 2006 já, peregrinando pelos Estados para fundar os sindicatos, já que a federação é constituída por sindicatos. A gente começou de trás para frente. Começaria com sindicatos para formar a federação. A gente foi ao contrário. Uma inexperiência de todo mundo, inclusive os próprios parlamentares na época não tinham noção do que fazer com essa categoria. Foi uma construção, na realidade.

E fundamos 16 sindicatos. Dos 16, conseguimos 5 cartas sindicais. A gente vivia lá abusando daquele senhor — esqueci o nome dele — lá no Ministério do Trabalho, e por aí vai.

Por gentileza, próximo slide.

Conquistamos a primeira carta em 2008, com 2 anos,

que foi do Estado de Sergipe. Depois vieram Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Por favor, próximo.

E aí, vêm os Projetos de Leis. Tudo sendo inspirado, na realidade.

Por favor, próximo.

Em 2008, foi o ano em que vários parlamentares — ano eleitoral — viram o movimento. Nosso movimento de 2006 a 2008 foi muito forte, e isso era divulgado no Brasil inteiro, e nesse ano vários parlamentares se interessaram pela causa e a primeira Lei aprovada foi lá em Sergipe, Lei Municipal, nós temos a Lei Municipal.

Maceió tentou, mas não evoluiu. Mato Grosso foi rejeitado inicialmente, mas depois foi aprovado no Estado do Mato Grosso essa Lei é Estadual. João Pessoa, municipal.

Por favor, próximo.

E fomos seguindo: Paraíba; depois voltamos aqui no Mato Grosso, o Deputado Galindo, na época era Prefeito, nos recebeu; no Paraná, o Senador Álvaro Dias; na Bahia, o Décio Santana; e chegamos ao Senador Almeida Lima, que criou a Lei 64/2009, do Senado (PLS 64/2009).

Então, fomos avançando. Eu estou fazendo o resumo do resumo, para não perder muito tempo aqui com vocês, mas está tudo no site, toda a história em detalhes está no site.

“Realizando Congressos”.

Nosso primeiro Congresso foi em João Pessoa, onde lá aprovamos — tudo assim, muito engatinhando ainda — aprovamos o Símbolo do Terapeuta. Era mais uma identidade para a categoria.

O segundo Congresso foi muito rico. Foi em Minas Gerais, onde cada sindicato apresentou o trabalho que estava desenvolvendo em seu Estado. Foi muito lindo isso.

Por favor, próximo.

O terceiro Congresso foi em João Pessoa, onde tivemos um apoio incrível do então Governador, através do Vice-Governador Rômulo Gouveia, que posteriormente foi deputado federal, e nos ajudou muito na Câmara Federal em muitos momentos importantes da nossa caminhada. Mas Papai do céu o levou, perdemos esse apoio.

E, lembram daquela Moção que tiramos lá de Sergipe? Aliás, a Moção nós tiramos em 2012. Nós levamos a Deputada Luiza Erundina, essa Moção tem uma história. E nesse período que levamos para a Deputada, nós levamos a todos os Ministérios também, inclusive o da Saúde.

Por favor, próximo.

E aí vem o quarto Congresso. Nesse, a gente já teve a representação do Ministério do Trabalho e do Senador Telmário Mota, representado pelo Dr. João Rios. Ele sempre foi um grande apoiador, ele era o assessor do Senador Cristovam Buarque e atualmente está com o Senador Telmário e continua apoiando, orientando, sugerindo, e a gente foi amadurecendo.

Por favor, próximo.

O quinto Congresso, avançamos um pouco mais. O Deputado Giovani Cherini fez parte, a Deputada Erika Kokay, o Dr. João Rios, representando o Senador Telmário Mota de novo; o Deputado Leonardo Monteiro, que foi o proponente da nossa primeira Lei — primeira Audiência Pública em 2007, que a gente vai falar ainda —, também se fez representar, fez questão que lesse a carta que ele encaminhou, e por aí vai.

Vamos lá, próximo.

E agora vamos realizar o VI Congresso Nacional e o III

Congresso Internacional, de 17 a 19 de junho, em Goiânia.

Por favor, próximo.

E agora vamos às Audiências Públicas, que foram muito importantes na caminhada. Vocês estão entendendo? Porque eu estou correndo muito, compactei por etapas.

Então, as partes mais importantes foram as Audiências Públicas. Em 2006, quando nós assumimos, nós entregamos a sugestão do Projeto de Lei ao Deputado Luiz Couto. Então, como ele era da CCJ, ele passou o Projeto de Lei, a sugestão, para a Deputada Luiza Erundina, que era da CLP (Comissão de Legislação Participativa).

Então, já estava na mão dela quando o Deputado Leonardo Monteiro, também através de um colega nosso que passou para o Deputado Leonardo Monteiro, e ele pediu uma Audiência Pública. Nessa Audiência Pública, a Deputada Luiza Erundina disse que também estava com o mesmo projeto e sugeriu um seminário, no mesmo ano. Esse seminário aconteceu. Pedimos para convidar o Ministério do Trabalho, o Conselho Federal de Medicina. A maioria dos eventos que a gente sugeria, de Audiências Públicas, a gente pedia para convidar o Ministério da Saúde. E foi assim, bem interessante, onde a partir daí uniram-se as duas sugestões e em 2010 gerou o PL (Projeto de Lei), que está tramitando até hoje, que é o PL-6959/2010.

Por favor, próximo.

Seguindo as Audiências Públicas, em 2013 o nosso Projeto de Lei estava galopando, já na Comissão de Seguridade Social, quando o Deputado Cherini entregou um projeto, estava na mão do Deputado Mandetta, então o Cherine entregou um projeto para — ai meu Deus, esqueci, é o cansaço —, entregou um projeto paralelo, só que um projeto para academias. Quem era academia naquela época? Desculpa, a faculdade que existia onde formava acadêmicos? Era a Unisul.

A gente achando que ele ia ajudar, ele foi e chamou o pessoal da Unisul, montaram esse projeto e colocaram justamente na Comissão, na mão do Deputado Mandetta, na época, o Mandetta disse que ou a gente se unia ou ele derrubava os dois projetos, mas não aconteceu, a coisa seguiu. A gente não se uniu, porque o pessoal queria uma coisa, que já era uma preparação, na realidade, a ideia já nesse tempo — hoje que a gente entende —, já era que as terapias fossem para as academias. Vocês vão entender o que eu quero dizer.

Aconteceram as duas audiências, a nossa, que a gente pediu na CLP e o Cherini, o Mandetta, pediu a outra, foi uma semana depois, enfim, discutimos essa questão dos dois Projetos de Lei, mas também não avançou. Os dois estão atualmente na Comissão do Trabalho, paradas.

Bom, vamos trabalhar a questão da institucionalização da profissão. Vamos entender um pouco da história, da questão da legalidade do profissional terapeuta. No século XX surgem as primeiras leis de proteção e concessão de benefícios para os trabalhadores. Isso todo mundo sabe, mas muitos colegas nossos que estão assistindo, certamente, não têm essa profundidade.

Em 1º de maio de 1943, é criada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Isso estou falando da questão do trabalhador, como vai vir o Ministério do Trabalho a frente. A partir daí criaram-se normas reguladoras, vários dispositivos legais, para regular as profissões. O Ministério do Trabalho era o regulador e fiscalizador das relações de trabalho. Nasce a CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) — reconhecimento de

uma categoria. Como é que se reconhece uma categoria? Para quem está nos assistindo e talvez não entenda bem isso.

Junta-se um grupo de pessoas que fazem o mesmo ofício, ali o Ministério reconhece que está se formando uma categoria e cria um código para aquele grupo, que é o que nós somos até hoje, nós estamos na CBO como ocupação e não como profissão, enfim.

Vamos seguindo.

A partir de 1985 iniciam-se movimentos de grupos que vão fortalecendo suas bases, suas histórias, passando a ter reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e sendo incluídos na CBO. Até 2001 só existia a Quiropraxia, mas a partir de 2008, nós fizemos parte desse momento, onde o Ministério do Trabalho nos contactou e o que a gente entendia, naquele momento, passou para o Ministério do Trabalho e foram criadas mais algumas categorias incluídas na CBO com os seus códigos, o código de massoterapeuta e por aí vai.

Em 2013 o Ministério — porque o movimento de 2006 a 2010 foi muito forte, essa história toda está no nosso site www.fenate.org.br —, então em 2013 o Ministério do Trabalho largou 52 ocupações, incluiu na CBO. Foi bem interessante, porque reconheceu muitas ocupações.

Por favor, próximo slide.

Vamos agora à parte do Ministério da Saúde. Essa que a gente vai trazer informações que talvez vocês não estejam tendo esse entendimento. Vamos lá. Em 28 de março de 2006 é criada a Portaria nº 648/GM, que cria a Política Nacional de Atenção Básica. Lá atrás, em 1990, a Lei nº 8080, onde o terapeuta está incluído, mas em 2006 começou um aceleração dentro do Ministério da Saúde. Em maio foi criada a Portaria 971, onde incluíram 4 terapias naquele momento. Hoje já são 29. Em 2008, a Portaria 154/2008 criou o NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), todos vocês aqui presentes conhecem, não é?

E aí, começou um movimento bem interessante, onde as terapias começaram, meio que perdidas, a serem inseridas no viés do Ministério da Saúde. Em 2017, agora, no advento do XI Encontro Holístico em Porto Alegre — eu participei do II, o Deputado Cherini conhece a nossa história desde o começo —, o Ministro da Saúde Ricardo Barros criou a Portaria 849/2017 onde incluiu, na época foram 14 se não me engano, depois passou para 24, hoje já são 29, como eu falei. E aí começam as descobertas.

Até então, cada ministério estava fazendo o seu trabalho, o Ministério da Saúde fazendo um trabalho bem interessante que eu vou mostrar daqui a pouco, mas a gente estava fazendo a nossa caminhada sem entender nada disso. Então, aqui começam, talvez, os problemas para a gente, por falta de conhecimento, por falta de agregamento nessas políticas. Porque naquela Moção, lá de 2012, nós, quando entregamos ao Ministério da Saúde, foi pedido a inclusão do terapeuta nos projetos da Saúde. Já que a gente estava incluído na Lei Orgânica, a gente está incluído na Atenção Básica e por aí vai. Depois o Ministro Mandetta nos deu a resposta dessa Moção.

Então, o que aconteceu a partir dessa criação desse Projeto de Lei do Ricardo Barros? Começaram a acontecer uns problemas com a categoria. Em Goiânia, o rapaz teve o alvará negado. Eu fui lá para entender o porquê. Porque até aquele momento, somente a carteira de identidade profissional emitida pela Federação e a certidão que a gente emite, até aquele momento, o Brasil inteiro recebia. E a partir dessa lei, começa-

ram a criar dificuldades. Eu fui lá saber a razão. A gente precisava entender. O que me foi dito pela pessoa da Vigilância Sanitária de Goiânia? Que, como o rapaz não tinha nenhuma das 29 terapias, então ele não poderia renovar o alvará dele. Eu achei isso meio absurdo. Eu questionei bastante. Eu disse: “mas se até o ano passado recebia, por que...?” Lei... aí não é lei, não tem força de lei, não é Projeto de Lei. É uma Portaria. Portaria não tem força de lei. Eu sei que depois, findou ele fazendo outro curso que estava dentro das 29. Eu fiquei indignada, porque, na realidade, acho que não é esse o caminho que se deveria tomar. Proibir, não justificar e, depois... Enfim, vamos seguindo.

Muitos casos aconteceram no Brasil inteiro, que já vem desde 2008. Em Camaçari, por exemplo, naquele período... Porque na realidade, a questão do Ministério da Saúde, quando foi criada essa Portaria, a 971/2006, eles já criaram excluindo o terapeuta. Hoje eu consigo ver dessa forma. Foram excluídos os terapeutas, já a partir dessa Portaria. Tanto que, nesse movimento que começou aí, a partir da Portaria 971/2006, todo mundo sabe que só profissionais acadêmicos, só os conselhos fazem parte. O terapeuta, não. O terapeuta, até agora, ainda é voluntário.

Então, vamos lá. Em Camaçari, o pessoal lá da Vigilância Sanitária disse que tinha que ter — foi enfermeiro lá, farmacêutico é mais aqui —, tinha que ter o aval do enfermeiro. O que um enfermeiro entende do que a gente faz? Não tem nada a ver. O enfermeiro tem de tratar é da enfermagem e não do que a gente faz, não é?

Então vamos lá. Por favor, próximo slide.

E aí, outra descoberta interessante. Eu resumi demais, gente, mas é importante. Eu peguei os tópicos mais importantes. A gente pediu, lá em 2012, a inclusão dos terapeutas. Só que ele não foi incluído. E o que a gente percebeu agora? Eu participei do segundo. O primeiro laboratório aconteceu em 8 de outubro agora, já em 2021, onde a OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), começou esse movimento, todos vocês sabem, têm conhecimento, e junto com a Atenção Básica, na pessoa da Christiane Matos, começaram a desenvolver. Esse trabalho já vinha sendo desenvolvido antes, por esses órgãos, farmácias da natureza, eles fizeram exposição do trabalho que eles já vinham desenvolvendo há algum tempo, e, então, a OPAS reuniu esses trabalhos para fazer o primeiro laboratório.

Muito interessante, extremamente válido. Só que todos eles falaram a mesma coisa: se não fosse o terapeuta, está ali embaixo (indicando o slide), sem a participação dos terapeutas voluntários, nada disso teria acontecido. Realmente. Como é que se sai da sua esfera, passa tantos anos em uma faculdade e vai querer atender com terapia? Tem que aprender, tem que fazer um curso. Eu acho um negócio tão confuso ainda na minha cabeça isso, sabe.

Já estamos praticamente finalizando.

Então, o segundo laboratório, já foi um mês depois, onde alguns expositores enalteciam o trabalho voluntário do terapeuta, repetindo, todos eles, que sem eles não haveriam essas experiências. E, inclusive, foi bem interessante nesse segundo, que alguns pensaram na possibilidade de remunerar o terapeuta. Esse é o correto. Deveriam ser contratados, mas como não tem lei que regulamente, infelizmente, as coisas foram acontecendo. Mas, tudo são experiências. Um trabalho belíssimo acontecendo nos hospitais. Fantástico. A maioria de vocês que estão presentes aqui sabem, não sei se acompanham

dessa forma.

No entanto, ao final das experiências apresentadas — foi aí que eu me choquei — o representante da OPAS, Rafael Dal Alba, explicou que “seria muito mais interessante pensar em saberes, aquilo que eles estão aprendendo, que em profissões”. E salientou a importância das profissões que estão no SUS, ou seja, as terapias, aprendendo com os terapeutas, mas aplicadas pelos acadêmicos, pelos conselhos. E que eu considero 20%, enquanto nós somos 80% que, se isso continuar, vamos ser engolidos. Essa é, sabe, a preocupação e a luta da gente. Até o final a gente vai lutar.

Então, ficou claro aqui, a resposta do então Ministro Mandetta, lembram lá da Moção de 2012? Ele mandou para gente nesse período um documento, eu tenho esse documento, dizendo que era contra a regulamentação do terapeuta. E, posteriormente, no ano passado, novamente recebemos o mesmo documento já depois de alguns encontros com a Atenção Básica, reiterando, ratificando que é contra a regulamentação do terapeuta.

Por favor, próximo slide.

Vamos à problemática que aconteceu aqui, ainda relativa ao Ministério da Saúde. Um colega nosso foi proibido de usar a Ozonioterapia. Eventualmente acontece com algumas terapias. Acupuntura é uma briga eterna. E agora é a ozônio, a magneto, algumas coisas assim. O senhor da Vigilância Sanitária, o colega foi convidado, lá na cidade de Espigão D'Oeste. Ele foi informado de que não poderia atuar. O Senhor Pacheco, foi o senhor que o convidou, e inclusive eu conversei com o Senhor Pacheco para entender. E ele me informou que a Agevisa havia feito uma live com todos os municípios para tratar especificamente da Ozonioterapia. E que para trabalhar com Ozonioterapia tinha que ter autorização do conselho de classe e concluído o curso. Obviamente, ele teria que ter o curso para atuar. Bom, a empresa em que o rapaz trabalhava, entrou em contato com o mesmo, nesses mesmos dias, informando que a Anvisa local havia ligado — e isso está acontecendo em vários Estados no Brasil, não é só aqui, não. Tudo paralelo a partir de janeiro deste ano — , ligou para a empresa e o rapaz perdeu o emprego. Um rapaz com um bebê recém-nascido. Achei que foi uma maldade muito grande. Tem muita coisa que precisa ser revista, na minha concepção. Então, como ele não fazia parte de nenhum órgão de classe, ele não poderia atuar e nem usar o aparelho. E ainda informou que o aparelho também era só para odontólogos e uma outra categoria.

Só que eu entrei em contato também com o gerente da empresa que fornece os aparelhos. E fomos conversando, eu querendo entender — não expliquei para ele essa situação. Nessa mesma semana ele passou um monte de Resoluções para a gente. Disse que ele e a esposa usavam o aparelho, que era uma coisa simples, porque ele achava que eu ia comprar o aparelho. Depois que eu me identifiquei, ele mudou a conversa, mas já estava tudo gravado.

Enfim, só trouxe dois casos, mas são muitos, muitos. Pará também, a Ozonioterapia, lá em Santa Catarina, enfim. Só que a maioria dos colegas atendem os prefeitos, os governadores, etc, com essa prática e findam se resolvendo. Mas, esse foi pego, coitado, como um bode expiatório.

Em Sergipe, as empresas também estão sendo massacradas, empresas de produtos naturais. Agora em dezembro, uma empresa lá do Estado de Sergipe — ela é uma microempresa — em dezembro, recebeu o alvará como em todos os anos sem

nenhum problema. Em janeiro, a Anvisa foi lá, só que de uma forma bem arrogante, ameaçando. Foram algumas vezes e em fevereiro lacram a empresa do cara, simplesmente, e obrigaram o descarte. Imagina o descarte de uma empresa. Ele produzia os remédios, ele vendia os remédios para Sergipe, Bahia e esse rapaz está passando ainda por isso. Qual a sugestão que a gente dá? Sempre — lá desde o início, quando começaram a haver essas denúncias contra terapeutas e etc. — nós sugerimos denunciar ao Ministério Público. E ele o fez. Eu preparei para ele. E o que aconteceu? Eu acredito que eles devem ter sabido e chamaram o rapaz lá na Vigilância Sanitária e disseram verbalmente — como o rapaz aqui também verbalmente ligou para a empresa do rapaz, e o rapaz perdeu o emprego, lá em Sergipe fizeram a mesma coisa. Acho que é prática nova. Então, disseram ao rapaz que ele podia abrir empresa, podia fabricar, podia vender. O rapaz entrou em contato comigo e eu disse: “você não vai fazer nada. Você vai aguardar. A não ser que eles lhe deem em documento, porque de boca nada a ver, né?”

Então, estão acontecendo essas coisas no nosso país que talvez vocês não tenham conhecimento desses pequenos detalhes. A gente que recebe as denúncias o tempo inteiro... Tivemos uma denúncia também lá em 2010, por aí, de um terapeuta acupunturista que fecharam o espaço dele lá em São Paulo. Ele não era filiado, mas entrou em contato comigo, porque tinha entrado em contato com o Sindicato dele, o Satosp, e o Satosp disse que ele procurasse um advogado. Ele descobriu a Fenate e eu falei: “bom, você não é filiado, mas é terapeuta. Então, vamos ajudar.” Eu passei três noites estudando os termos da Vigilância Sanitária e preparei uma defesa e pedi a ele que entregasse no Ministério Público. Teve a Audiência e quando o Ministério leu, só leu o texto e impetrou um Mandado de Segurança contra a Vigilância Sanitária e ele voltou a atuar na outra semana.

Então, são essas coisas que eu quero deixar aqui. É a primeira vez que eu estou falando sobre isso, porque também tem muitas descobertas novas. Eu fui fazendo um apanhado geral para eu mesma entender o que estava acontecendo.

Por favor, próximo slide.

Eu estou finalizando. Então, assim, Deputado, agora é com o senhor e com todos os deputados, parlamentares, vereadores que estejam nos vendo neste momento. A gente precisa da regulamentação. Nós temos dois Projetos de Lei — um na Câmara e um no Senado. O da Câmara está parado lá, como eu já falei, na Comissão do Trabalho por conta desse outro que entrou junto, mas aí findou que nenhum dos dois evoluiu. Então, a gente precisa retomar isso daí. Eu estou indo para Brasília amanhã, onde a gente vai ver se, Deus ajuda para que apareça um parlamentar que se interesse pela causa, para que a gente tenha a regulamentação. Ao invés de ser voluntário, a gente trabalhar conjuntamente. Isso que é o ideal. Trabalhar conjuntamente. Nós só teremos o direito de exercer a função do ofício que a gente escolheu, e nós somos mais de 600 mil.

Agradeço ao Deputado pela intenção de trazer uma lei que inclua o terapeuta na Lei Orgânica do Estado. Alguns Estados já estão fazendo isso, incluindo o terapeuta na Lei Orgânica, embora sejamos de nível médio, mas a gente existe. Existe uma faculdade, sim. Nós tentamos há vários anos que uma faculdade receba uma matriz curricular que, realmente, prepare o profissional para o mercado de trabalho, de verdade. Porque ainda está proliferando cursos de todo tipo. E agora

que piorou mesmo, porque agora eu digo que “bagunçou geral”, todo mundo está dando curso, médicos e por aí. E enquanto a gente não for regulamentado ou a categoria de mais de 600 mil vai para o ralo ou se cria uma regulamentação para que a gente possa atuar legalmente, conjuntamente e ser incluído, inclusive, nos projetos do Ministério da Saúde. É isso que a gente quer.

Muito obrigada. Obrigada aos colegas que estão assistindo, de todo o Brasil. E espero que daqui desta Audiência Pública saia uma solução, especialmente da Anvisa que, talvez, não tivesse esse conhecimento — mas é importante que tenha — do que está acontecendo em todo o Brasil. Eu tenho certeza que partindo da cúpula não é isso que se passa. Muita gente se arvora pelo ego de “sou diretor da Vigilância”, então, começa usar de arbitrariedade, como aconteceu agora.

Muito obrigada gente, desculpem se me alonguei, mas eu agradeço vocês por terem me ouvido e que saia uma solução para essa categoria, no Brasil. Que através dos deputados desta Casa, em contato com os deputados federais — convidamos o Senador Marcos Rogério, mas ele, infelizmente, e a gente entende, não conseguiu —, mas se chegasse até ele, seria interessante ele ver o Projeto de Lei que está no Senado, o PLS-174/2017, e quem sabe daqui, desse centro do Brasil, a gente consiga alguma coisa, que ajude essa categoria. Ela precisa se fazer respeitar.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Parabéns, uma verdadeira aula. Eu mesmo aprendi muito com as suas falas. Quero, mais uma vez, cumprimentar os participantes on-line, temos muitos participantes on-line. Inclusive, como é uma Audiência Pública, dar vez e voz, para eles também se manifestarem. Estou recebendo muitas mensagens. Aqui em Rondônia tem 2 mil terapeutas. Eu não tinha esse conhecimento, é muita gente, não é? Acabou de chegar aqui.

Vamos abrir, agora, para as pessoas que estão on-line se manifestarem. Alguém on-line gostaria de fazer uso da palavra? Muitas pessoas on-line, não é? É só desativar o microfone que nós já damos abertura. Esperar um tempo. Alguém on-line, que está participando de forma remota, gostaria de se manifestar, contribuir para a Audiência Pública? Tem quantas pessoas on-line?

Luiz Ferreira. Passar a palavra para o Senhor Luiz Ferreira.

O SR. LUIZ FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR (Por videoconferência) – Boa tarde, caros Deputados, senhores vereadores. Eu estava ouvindo aqui a palestra da Presidente da Fenate, história muito bonita da Fenate, da luta, da formação. E, apesar de ter me tornado terapeuta desde 2018, já tenho tido bons resultados com as minhas terapias e também muito bons resultados sendo filiado à Fenate. Por que bons resultados? Porque nós temos a Fenate atuante, está em defesa da nossa categoria. Eu espero que as autoridades, estejam atentas para o que significa as terapias complementares estarem inscritas na forma da Lei no Brasil. Nós não estamos para substituir os médicos e sim para complementar, auxiliar. Creio que tudo aquilo que vem somar à saúde das pessoas, não pode ser (ininteligível)

Então, muito obrigado pela participação, deixo aqui o meu agradecimento à Fenate por nos defender, meu agradecimento à Assembleia, à Câmara dos Vereadores por participar.

Desculpe eu estar falando assim, mas é porque estou com a chikungunya, quem já teve chikungunya sabe como é. Fazendo todas as terapias possíveis, alopáticas, homeopáticas e complementares, estou bem melhor. Muito obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado pela participação, Senhor Luiz e melhoras da chikungunya. Melhoras, meu irmão.

Eu recebi aqui mensagens, abriu mais alguém? Número 365, inscrito 613, com a palavra. Eu estou falando aqui porque não está o nome, está só o telefone, mas está com a palavra, final do telefone 365. Qual o seu nome, por favor?

O SR. EMERSON MORBACH (Por videoconferência) – Olá, boa tarde. Estão me ouvindo?

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Sim, ouvindo bem.

O SR. EMERSON LUIZ MORBACH (Por videoconferência) – Olá, meu nome é Emerson Morbach, eu sou de Juína, no Mato Grosso. Cumprimento todas as autoridades presentes, de forma geral, e a minha gratidão pelo empenho de vocês. Também cumprimento, com muito carinho, a nossa Presidente Adeilde, a qual já acompanho o trabalho e o empenho dela, há alguns anos. Já estivemos juntos em Brasília, em alguns departamentos, inclusive, no Conselho Federal de Medicina. Estava ouvindo a fala dela e eu só quero reforçar a necessidade, realmente, do apoio das autoridades para que a nossa categoria seja reconhecida. Porque o reconhecimento e a solução que têm apresentado, as terapias, em diversos casos de saúde, posso dizer que até, de forma geral, na questão da saúde.

Eu sou terapeuta com formação superior em Naturologia e eu atuo na área de terapias já há 29 anos. E já vi muita coisa acontecer. E eu lamento a cada dia o fato de ainda termos uma categoria com uma amplitude de conhecimento que beneficia a população de forma geral, mas que não tem o reconhecimento merecido, digo isso sem dúvida nenhuma, pelas autoridades de todo o Brasil.

Então, quero só parabenizar mais uma vez. E dizer aqui que estamos com mais colegas assistindo e apoiando e contando que dessa reunião, desse encontro que está acontecendo nesse momento aí, venha fluir muitas coisas boas para que a nossa categoria consiga, definitivamente, ter uma atuação mais ampla e beneficiar ainda mais a população. E também o colega anterior, o Luiz, disse muito bem: nós não estamos aqui nos colocando acima de nenhuma outra profissão. Muito pelo contrário, a gente vem para somar, para complementar e fazer o nosso papel, que é atuar com os meios naturais para o bem estar da saúde das pessoas.

Então, meu muito obrigado pela oportunidade e pelo espaço. Deus abençoe a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado pela participação.

Pelo o que eu percebi também, existe quase um, não sei se é a palavra certa, uma disputa, né? Tem alguém com o microfone aberto?

A SRA. MARIA DO SOCORRO DA SILVA – Tem o Antônio, que vai entrar, aberto. (fora do microfone)

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Ah tá, vou passar aqui. Depois vou me pronunciar. Com a palavra, Senhor Antônio.

O SR. ANTÔNIO BERTO (Por videoconferência) – Boa noite.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Boa noite... Boa tarde. Ouvindo bem.

O SR. ANTÔNIO BERTO (Por videoconferência) – Está certo. Eu sou o Presidente do Conselho Nacional de Ética do Conselho Federal da Fenate. A nossa Presidente Adeilde Marques, eu diria que uma pessoa especial para todos nós, uma mulher que, realmente, luta com todas as forças, por essa Federação.

Eu entrei agora em 2020 como Presidente do Conselho de Ética, a gente cuida muito dessa parte profissional, dos nossos profissionais, para andar na linha, para não corrermos os riscos de sermos, como eu posso dizer? Não sairmos da linha, na verdade. Então, a gente conta muito com o apoio de vocês para se concretizar os nossos anseios. Porque a gente está aqui, realmente, para somar. Somar os tempos, nós vivemos outros tempos. Então está na hora de a gente se abrir mais para esse novo universo que está aí.

Eu conto com o apoio de todos vocês. E meus agradecimentos para vocês que estão se movendo também com a nossa causa. Obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado pela participação. Próxima convidada para o uso da palavra, Elisa. Pode ficar à vontade.

A SRA. ELISA EVANGELISTA (Por videoconferência) – Eu sou do Rio de Janeiro. E quero agradecer à Fenate e parabenizar a Adeilde que é, realmente, uma guerreira. Ela tem lutado com unhas e dentes na defesa da nossa categoria. E a gente, às vezes, fica um pouco assustada quando percebe que há o cerceamento de muitas categorias que poderiam colaborar com a saúde da nossa população. Até porque, eu sou de origem muito humilde e consegui vencer vários obstáculos. Sou formada em Direito, eu trabalhei 30 anos no Poder Legislativo, sou aposentada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. E eu já vi muita coisa acontecer. Inclusive o país, a minha filha é professora de escola pública em comunidade, então a gente vê situações de crianças que chegam em um estado de infecção de um dente e já chegou a óbito.

Então, quer dizer, o nosso acesso à medicina tradicional está ficando cada vez mais caro. Não é todo mundo que tem acesso. Embora já esteja tendo algum movimento vindo das famílias, esses atendimentos que são muitos valiosos, mas a população é muito grande.

Então, a nossa torcida é que essas reivindicações da nossa Presidente, realmente, sejam muito bem examinadas e que nós tenhamos sucesso, porque quanto mais houver pessoas engajadas, no sentido de melhorar a saúde da população, eu acho que não é perigoso. Pelo contrário. Nós não somos uma ameaça. Depois que eu me aposentei, minha formação acadêmica é Direito, mas eu fiz várias técnicas, que não vou dizer aqui para não tomar tempo, e eu exerço essas técnicas com muito prazer. Quando você chega e encontra uma pessoa que te procura, que

está sofrendo, e você pode aliviar o sofrimento dela, seja lá o que você faça, que seja uma terapia que vá trazer benefícios, eu acho que é muito válido.

Então, eu quero agradecer à comunidade, quero agradecer à Adeilde. Inclusive, eu já estou inscrita no Congresso que vai haver em Goiânia em junho. Estou ansiosa para que a gente possa se mostrar mesmo. Porque é a união que vai fazer o crescimento no sentido de melhora para a nossa saúde.

Então, agradeço à Adeilde, agradeço essa oportunidade. Muito obrigado a todos. Parabéns.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado pela participação.

Próxima inscrita? Tem mais alguém inscrito para falar? O Cerimonial está trazendo o nome aqui, já vamos anunciar.

Senhora Katiane Brandão, ela é médica, está participando conosco de modo presencial. Seja muito bem-vinda, Doutora Katiane Brandão. Com a palavra.

A SRA. KATIANE BRANDÃO – Olá a todos. Boa tarde.

Gostaria de falar aqui a respeito dessa nobre causa, dos terapeutas, eu acredito que isso é muito válido, essa busca da regulamentação é muito importante, porque os terapeutas têm uma atuação muito grandiosa dentro da nossa área da saúde em favor dos nossos pacientes.

Só que eu queria trazer à discussão a questão da Ozonioterapia, porque foi comentado pela Adeilde sobre a Ozonioterapia. Quando a gente fala de Prática Integrativa em Saúde, a gente tem que entender que existem práticas integrativas, existem vários tipos. E a Ozonioterapia é uma prática que é conhecida já há muito tempo, desde a 1ª Guerra Mundial já se ouve falar em utilização do ozônio de forma medicinal. E nós temos esse grande debate acontecendo em nível nacional. A busca da regulamentação, da utilização dessa terapia para benefícios dos pacientes.

Eu sou uma conhecedora do tema. E entendo que é uma prática que, realmente, deve ser executada por profissionais da saúde com conhecimento técnico da fisiologia, da fisiopatologia, da anatomia. Uma vez que ela envolve a utilização de procedimentos invasivos, nós vamos acessar ali as veias, os orifícios naturais, para utilizar um gás com um efeito medicinal.

Então, eu entendo que essa prática deve realmente ser pensada de forma séria para que seja incluída nas nossas práticas de saúde, no SUS, em benefícios dos pacientes. Só que realmente tem que ser bem articulada e bem estruturada, capacitando os profissionais para que eles possam, realmente, exercer esse tipo de prática.

Hoje a Medicina está ainda proibida de praticar a Ozonioterapia. Nós temos uma sociedade de Ozonioterapia médica no Brasil que está defendendo a fundamentação e toda essa prática pelos médicos e, com certeza, esse ano teremos um avanço nessa jornada. E eu gostaria de deixar essa lembrança, de que realmente algumas práticas integrativas merecem ser bem analisadas antes de serem colocadas, vamos dizer assim, no todo. Nós vemos que a terapia precisa ser regulamentada. Entendo, isso é nobre. Cada profissional tem que ter a sua regulamentação, mas lembrar que todas as terapias precisam ser analisadas individualmente, para que sejam realmente colocadas dentro desse conjunto de atuação que seria adequado para cada profissional de saúde.

Essa é a minha fala.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Muito obrigado, Doutora Katiane. Mais alguns inscritos?

Passar uma preocupação aqui. Eu recebi mensagens aqui das pessoas, dos terapeutas, e também das profissões.

A pergunta que eu faço, porque tem algumas atividades que só podem ser exercidas por quem tem nível superior. Eu estava conversando aqui com o Coronel Gregório, tem alguma legislação federal que abrange. Como é essa situação? Ou determinado nicho de fisioterapia não tem esse embate? Porque alguns têm, não é? Como é a visão? Qual seria o melhor caminho para não ter esse embate com os classistas? Odontólogos, enfermeiros, fisioterapeutas. Nossa Presidente para poder nos orientar.

A SRA. ADEILDE MARQUES – Em relação à Ozonioterapia, quando a gente começou investigar, existe uma parte onde o terapeuta pode atuar sim. É uma questão de delimitação de até onde vai o terapeuta e até onde ele não pode ir. Acho que isso poderia acontecer, poderia ser, deixamos a sugestão para que isso possa ser pensado, até porque tem uma quantidade muito grande, no Brasil, de terapeutas usando a Ozonioterapia.

Acho que seria interessante alguma coisa, não sei partindo de que órgão, talvez Anvisa, que delimite, mas não proíba. Está todo mundo atuando, e funcionando. Acho que é bem interessante, caso haja esse entendimento da Anvisa, que tudo vem de lá para cá, para os Estados, que a gente possa conversar e mostrar até onde pode ir o terapeuta. E aí a gente entra com essa informação, com a formação também.

Em relação às outras academias é bem interessante. A Fisioterapia, por exemplo, muitos fisioterapeutas fazem a Fisioterapia para atuar com a Massoterapia. E muitas academias fazem isso. Formam-se, porque precisa ter uma formação acadêmica, ok, mas não para atuar com aquela academia. Isso é normal. Isso desde 2006 é o que a gente mais ouve: vou fazer — aquela parte da alimentação? Eu estou muito cansada então já — que é nova, por sinal, essa formação, esse conselho. Esqueci. Enfim, acho que a maioria diz isso: “Vou me formar nisso para atender com terapia”. É o que está acontecendo no SUS.

Quando a gente fala em práticas integrativas, isso não é nosso, isso nos exclui desde a Portaria 971/2006. Isso é das academias. Deixar isso bem claro. É como eu entendo hoje. As terapias, em relação à fisioterapia, elas sempre, algumas academias, eventualmente uma levanta, agora aqui no Estado é a Farmácia. Inclusive nos foi informado que precisa denunciar à Farmácia o terapeuta que estiver usando Ozonioterapia.

O que a Farmácia tem a ver com isso? Com a nossa categoria? Por isso a importância da Anvisa, de a gente sentar e elaborar um trabalho para os terapeutas, até que a gente tenha a regulamentação. A faculdade já tem, só que está tudo tão perdido, não é, e esse avançar das academias, dos conselhos. Em 2008 a 2010, todos os conselhos criaram resoluções. Alguns se arvorando, inclusive de — lá em Aracajú aconteceu —, uma médica acupunturista colocou no jornal que acupuntura era só para médico. Uau, onde está essa lei? Entende. Tem muita coisa que precisa se arrumar. Vocês precisam nos ouvir mais.

Eu pedi para participar, no Ministério da Saúde, na Atenção Básica, estão acontecendo alguns trabalhos depois desses dois laboratórios, a Christiane está desenvolvendo um trabalho onde eu participei, estou participando lá, só que eu

não consigo acessar os vídeos. Cheguei a ir lá — na segunda reunião, ou foi terceira, foi segunda —, fui lá no local onde estava acontecendo, porque convidaram a gente para participar e nós fomos até o auditório, só que nós não tivemos acesso, nem conseguimos. Um deles, veio tentar ajudar que a gente assistisse por aqui, mas não consegui e de lá para cá não consigo assistir e nem entender. Mas tudo bem, isso não importa. O que importa é que essa categoria existe, é milenar, é a primeira medicina do mundo e que precisa ser olhada. Para um consenso, a gente precisa da regulamentação, precisa ver essa questão acadêmica, onde o MEC (Ministério da Educação) precisa dar uma aparada.

Vou só dar uma palavrinha aqui em relação à questão do MEC. Um dia, há uns quatro anos, mais ou menos, três cubanos que vieram para o Brasil fizeram três cursos em uma faculdade do Paraná. E o que acontece? Vieram me trazer esses certificados. Eu analiso tudo. Tem até uma faculdade aqui de Rondônia que coloca uma lei sem número. Eu não conheço nenhuma. Vocês conhecem? Eu desconheço. Aqui. Enfim, eu crio problema por causa disso, porque eu quero a coisa certa. Então, quando eu analisei o certificado dos três dessa faculdade, eu percebi que ele colocava uma carga horária de 160 horas e o curso era dado em 1 mês. Como assim? Entrei em contato... Aliás, com essa eu não entrei em contato; entrei em contato com várias outras.

O que é que eu fiz: entrei no site e fui fazer os cursos. Gente, pelo amor de Deus, isso é gravíssimo! Eu fiz os três cursos: de acupuntura, prestem a atenção, acupuntura ortomolecular e aromaterapia. Uma hora cada um e eu recebi o certificado, quero dizer, não recebi o certificado. No outro dia eles começaram a cobrar o valor para eu receber o certificado. Quase que eu caio para trás, dura. Desculpem, os termos que a gente usa lá. E tem muita coisa aberrante que nós precisamos nos unir para resolver. Nós somos mais de 600 mil no Brasil. A gente precisa da ajuda de vocês. Vocês que estão já estruturados, com suas academias, especialmente a Vigilância Sanitária que, provavelmente, essas bases, eles não conhecem.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Interessante. Eu estava aqui conversando com a Socorro. Nós precisamos sair daqui com algum encaminhamento, já, de forma objetiva. E um desses encaminhamentos é a construção de um grupo de trabalho para apresentar até onde vai o fisioterapeuta, até onde vai o terapeuta, não é?

Mas vou passar aqui para o Coronel Gregório, Diretor Geral da Agevisa. Com a palavra, Coronel, à vontade.

O SR. GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA – Bom, mais uma vez eu desejo boa tarde a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pedir perdão aqui ao Coronel Gregório, antes de ele falar, eu gostaria, aqui, de enaltecer um convidado especial que está aqui, ex-Deputado Federal, Lindomar Garçon, e uma grande liderança, também, de União Bandeirantes, Tiãozinho. Obrigado, Tiãozinho, pela sua presença. Muito nos alegra a presença de Vossas Excelências aqui, nesta importante Audiência Pública.

Perdão, Gregório, obrigado. E agora, com a palavra, o Diretor Geral da Agevisa, Coronel Gregório.

O SR. GILVANDER GREGÓRIO DE LIMA – “Um olho

no padre, outro na missa”, respondendo a uma bronca aqui (referindo-se à mensagem de celular).

Cara Presidenta, caros internautas, me preocupa, como responsável por uma agência importante do Estado de Rondônia, que fiscaliza, que prima pela vigilância sanitária, vigilância em saúde, vigilância ambiental, vigilância da saúde do trabalhador, a gente vê uma causa nobre, é uma luta árdua. Essa profissão, entre outras profissões que vêm buscando o reconhecimento, regulamentação no Brasil, e eu acompanhei o caso de umas, especialmente Bombeiro Civil, que acompanho desde o ano 2000, sabemos a luta que é.

Mas quando nós primamos e falamos de saúde e nós temos o nosso trabalho fiscalizador, nós precisamos estar calçados na legalidade, na legislação. Isso me preocupa muito, muito mesmo. A senhora mesmo disse, um curso de 1 hora para pegar certificado, isso me preocupa. Então, tem que pensar na qualidade desse profissional, pensar na regulamentação. Eu trabalho com legislação. Eu estudei a área do Direito. Eu estudei área de Engenharia. Eu tenho algumas formações e eu tenho, a gente tem uma visão, de um lado e de outro, e me preocupa. Por exemplo, a regulamentação tem de vir de nível federal. Há um conselho federal. O CBO tem que entrar em cena. Entra o Ministério da Saúde, as práticas integrativas inseridas dentro do conceito de saúde pública do Ministério da Saúde. E aí vai esse enxoval de atribuições, até para o governo investir nisso, inclusive.

Na minha agência tem uma pessoa que faz práticas interativas. Dentro das 29. E faz para o pessoal, inclusive, da Saúde. Nós não somos contra A, B ou C. Nós só queremos que seja regulamentado, legal. Por quê? Esse pessoal que pega certificado de 1 hora e faz uma intervenção invasiva, quem vai arcar com o custo da vida desse paciente? Se eu não fiscalizei, sou eu. Um conselho ou outro vai se responsabilizar? Não vai. Então, esse profissional tem que ter um grupo de classe forte que o fiscalize, porque os conselhos são para fiscalizar o profissional, a sua ética profissional, o seu exercício profissional, a sua regularidade profissional para que ele possa ter esse respaldo técnico de saber que não está só.

Então, eu sei que é um calvário. Eu acompanhei essa profissão que eu disse agora, anteriormente. Mas, dentro do conceito — como eu disse para o nosso Presidente — de debate público, de Audiência Pública, tem interessados que precisam também serem ouvidos. Estamos aqui tomando pé de um assunto de relevância para a saúde pública, porque é uma terapia que funciona — segundo a Doutora Katiane, funciona — mas uma audiência pública não esgota o que nós queremos, a nossa intenção. Vamos ouvir um conselho, o Crefito, o Cofen (Conselho Federal de Enfermagem), o CRM (Conselho Regional de Medicina), o CRF (Conselho Regional de Farmácia), o CFF (Conselho Federal de Farmácia), outros conselhos que também podem contribuir. Por que não pensar, em, por exemplo, trabalhar com os parlamentares? Porque o próprio Ministério da Saúde, a senhora disse aqui no seu histórico, deu aquela dúvida e desandou. Alguma coisa aconteceu nesse percurso que agora, nós, como fiscais, não podemos ser mal vistos, porque nós temos que estar pautados no que diz a legislação na Anvisa. O que diz a legislação federal a respeito, porque nós somos demandados.

Quando chega uma denúncia para a nossa Agência Estadual, como que eu vou descobrir que em um município lá no interior está sendo feita uma prática fora dos padrões emitidos

pela Anvisa? Sabe o que ela faz? Ela recebe e demanda para nós. Nós temos que ir lá e trazer uma resposta para a nossa Anvisa. Então, nos preocupa... Pode mandar para o Ministério público, não tem problema. É o lugar de demandar mesmo. É o nosso parceiro, ele vai dizer. Por que, qual é a máxima do parquet? Em defesa da sociedade. Se nós estivermos errados, nós temos um amparo para fazer essa fiscalização.

Então, o que precisa ser feito é regulamentar. Ninguém fiscaliza se estiver regulamentado. A gente orienta. A gente capacita, inclusive. É o nosso trabalho também para buscar excelência. E nós queremos que essa causa se resolva. É um assunto, é uma terapia que nessa Covid-19 foi muito utilizada, inclusive, utilizada bastante, a Ozonioterapia. Eu não sei se o termo é esse. Eu não sou da área médica.

E dizer que, a regulamentação, toda a profissão para ela ter o seu desenho, a sua configuração, ela tem uma via crucis. Toda profissão começou com a filosofia, aí veio a sociologia, aí veio a matemática e começou a tripartir os conhecimentos. Mas, começou da ciência mãe. O filósofo sabia que física, química, matemática e para separar essa via crucis foram anos e anos de cada um, no seu meio, para chegar ... tem questões de matemática que até hoje não foram resolvidas, centenárias.

Então, uma profissão vai se ajustando com o tempo. E essa profissão, dentro desse “enxoval” de profissões, essa é uma delas. Quando surgiu a informática, várias profissões foram criadas: o Técnico de TI, o Programador. E as faculdades tiveram que buscar esse ajuste para o mercado. É o que nós queremos aqui. Nós torcemos para isso acontecer. Mas, lembrando, que como Agência, estou com a minha gerente de Vigilância Sanitária para não achar que “manda para o MP”, não sei quê. Não tem problema. Nós temos assessoria jurídica, nós temos esse amparo e nós estamos amparados no que diz a legislação presente no momento.

Ela diz que é uma prática complementar. Ela diz que tem que ter nível superior e tem algumas nuances. E as Vigilâncias Municipais fazem isso, porque é o que temos no momento. Torço para que a entidade, a Fenate, tenha sucesso. Nós somos, aqui, contra. O conhecimento é dinâmico, ele tem que crescer. Ele tem que buscar o seu espaço. A profissão tem buscar o seu espaço, mas dentro de regras, regramento jurídico para que haja qualidade na prestação de serviço para o cidadão, qualidade na saúde do cidadão. Se inventar outra prática integrativa dentro, para o bem-estar do cidadão, é importante, é bem-vindo. Mas, dentro de parâmetros que tenham que ser buscados no nível federal, para que possamos, nós aqui em Rondônia, o brasileiro, o cidadão de bem, receber um produto, que é a saúde de qualidade, um produto com um profissional responsável, um profissional bem formado, um técnico ao qual você confia sua vida e possa fazer isso segurança.

Olha só, regulamentado com documento. Tendo os próprios conselhos regulamentados, fundamentados, ainda tem pessoas que conseguem fazer atividades fora do normal. Nós temos médicos com problemas, enfermeiros, pessoas que burlam o sistema para proveito próprio, prejudicando a saúde de terceiros.

Então, nós queremos o quê? Nós queremos aqui torcer para esse projeto, torcer para que aconteça, mas dentro do que diz o ordenamento jurídico brasileiro. Tem o Conselho, tem a Câmara Federal, o Senado Federal para dizer, para regulamentar, o Ministério da Saúde, o Ministério do Trabalho que a gente com certeza, por nós, como Agência será bem recepcio-

nado. Por isso que a gente trabalha com o que nós temos. E o que nós temos é o presente que a gente diz a lei. E a gente tem que fazer o nosso trabalho, senão podemos, pelo mesmo MP, sermos penalizados por não fazermos o que devemos fazer, que é fiscalizar. Está bom? Não sei se a doutora quer complementar alguma coisa?

Então, tenho dito. Prometo não falar mais, não.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Fica à vontade, Presidente.

A SRA. ADEILDE MARQUES – Eu só quero complementar em relação aos três cursos. Eu fiz um relatório e entreguei a 8 deputados da Polícia Federal essa situação. A gente faz isso. A gente vê que está errado, a gente busca, onde vai denunciar, ou MP, ou outro. No caso dessa faculdade já entreguei o relatório com certificado e tudo a 8 deputados da Polícia Federal, foi quando começou a pandemia e a gente não conseguiu fazer mais nada.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Temos inscrito aqui que, por falha minha, eu esqueci de anunciá-lo. Está on-line, Alessandro Franco. Eu passo a palavra neste momento para Alessandro Franco.

O SR. ALESSANDRO AUGUSTO FRANCO DE SOUZA (Por videoconferência) – Boa tarde a todos. Cumprimento a todos em nome do nosso grandioso Presidente Alex Redano. Eu estou como Presidente do Crefito 18, porque o Dr. Rodrigo está de férias, certo, Deputado Alex? E nós, do Crefito 18, corroboramos com a posição da Agevisa. E dizemos o seguinte: tem que ter tudo dentro da legalidade, dentro do ordenamento jurídico e seguindo o que está escrito lá nas PICS — Práticas Integrativas e Complementares. Nós vemos que a Ozonioterapia pode ser exercida por todos que sejam habilitados, de acordo com o que está escrito nas PICS.

E nós enxergamos aqui uma segunda posição, que é a filiação da profissão dos terapeutas. Já é outra coisa que tem que ser trabalhada pelo antigo Ministério do Trabalho, tem que ser trabalhada no MEC, tem que ser trabalhada a nível federal para criar o CBO, as incumbências, as competências e habilidades dos terapeutas e, a partir daí, eles poderem exercer com toda a qualidade e respaldo às PICS. Essa é a posição do Crefito 18, caro Presidente Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. O Rodrigo também é um grande amigo. Deixo um abraço ao Rodrigo. Estamos muito honrados com a participação da Crefito também. O Alessandro Franco já falou em nome da Crefito. Mais alguém gostaria de fazer alguma fala?

Passo a palavra aqui para a Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos. Obrigada pela sua vinda, pela sua luta incansável. Eu sou biomédica há 25 anos. Sei de uma luta de reconhecimento de classe. Quando cheguei aqui, acho que fui um dos primeiros biomédicos que chegaram no Estado de Rondônia. Passamos por uma luta também para o primeiro concurso público ter a categoria do biomédico, porque só tinha bioquímico e farmacêutico bioquímico. E hoje, graças a Deus, vencemos a luta e somos uma categoria forte dentro do

Estado de Rondônia. A Leiliane também é biomédica, trabalhamos juntas.

E, assim, tudo o que a senhora falou nós sabemos da grandiosidade. Acho que todos nós aqui já ficamos numa mesa de um massoterapeuta, já fizemos uma reflexologia, já fizemos Ayurvédica, todas as terapias, porque eu acho que tudo isso é válido, realmente, para o bem-estar do corpo humano.

O que se coloca hoje na mesa é o reconhecimento da categoria dos terapeutas que, apesar do exercício da profissão estar em atividade — porque muitos exercem essa atividade —, ela não tem o reconhecimento do Governo Federal, do Ministério. Tem o CBO, eu corrijo aqui o Alessandro. Então, a categoria dos terapeutas já tem o CBO. Eles não têm o reconhecimento, hoje, da categoria, para exercer determinadas atividades, que estão paradas hoje no Senado Federal e no Ministério da Saúde.

O que se discute aqui? Até onde vai a função do terapeuta? Qual é essa linha tênue que o terapeuta pode chegar? Depois dessa linha, qual é o profissional que entra? Quem fiscaliza essa linha, esse limiar, que é muito próximo? Quando eu estou trabalhando com Ozonioterapia, eu não sei qual o limite que eu posso ir como terapeuta. Até onde é benéfica minha ação, no caso de uma trombose, no caso de uma ferida aberta devido a longo tempo de internação, uma escara? É invasivo ou não é invasivo? Quem fiscaliza hoje em Rondônia a atuação do terapeuta? É a Agevisa que vai fiscalizar? Mas a Agevisa só trata hoje de fiscalização? Quem realmente são as categorias que são reconhecidas pelo Governo Federal e que tem suas entidades classistas?

Quando eu estou em um município, lá em Buritis, se eu estiver lá um massoterapeuta que não seja de formação classista de fisioterapeuta, de enfermeiro, ou do próprio médico, tem alguns que atuam nessa área, que tenham um curso técnico, que são dois anos, que a formação não é superior. Quando eu quero ser terapeuta eu faço um curso técnico de dois anos por algumas escolas técnicas que tem no Brasil, que não tem em Rondônia, mas tem em Sergipe, tem em Brasília, tem no Rio de Janeiro. Essa escola, quem fiscaliza? Eu posso ser terapeuta com o diploma que a senhora falou de um ano, de uma hora, quer dizer. Aí eu coloco lá que eu sou terapeuta, de uma hora. Como que a Agevisa entra, municipal, para fiscalizar esse profissional que ficou sentado uma hora, on-line, para falar de florais?

Então, assim, quando a categoria não é reconhecida, torna-se o trabalho muito difícil de fiscalização, de atuação, dos órgãos competentes fiscalizar, que é a Agevisa, o Ministério Público, que podem entrar nessa hora. O que se discute é isso. De qual escola que esse profissional vem, da sua formação? Até onde ele vai? Como fiscalizo? Como é que eu tenho que montar uma clínica para receber esse paciente? Entendeu? O projeto vai para a Agevisa ou pode ser outro estabelecimento que não dê a segurança que o paciente precisa em um momento em que, realmente, saia do controle.

O Presidente conversou comigo algumas vezes e sabíamos que esse nicho aqui em Rondônia é dividido em várias categorias. Tem Medicina, que está no nicho. Está o fisioterapeuta, que está no nicho. Está o biomédico, que está no nicho. Eu tenho uma amiga biomédica que tem uma clínica de Ozonioterapia, que está no nicho. O farmacêutico. Porque é uma coisa tudo muito nova e que todo mundo está procurando, ninguém aguenta mais ir ao médico, tomar medicamentos, antibióticos.

As pessoas querem, realmente, algumas técnicas alternativas que tenham resultado e que faça seu bem-estar melhor. Quem não quer ir para uma mesa de massoterapeuta fazer uma quiropraxia? Eu fiz esses dias, quiropraxia, que eu não aguentava de dor na minha coluna. São alternativas de bem-estar.

O problema hoje, aqui no Estado de Rondônia é muito empírico. A gente não consegue ter uma alça sólida que a gente fala assim, dê essa segurança ao Presidente, “Presidente, nós vamos sair daqui agora com um Projeto de Lei, que nós vamos encaminhar para o Executivo”. Nós não temos, porque aqui é tudo muito empírico. Mas a gente pode propor um grupo técnico, GT, onde vários atores podem estar participando, e que a gente consiga formular um entendimento que dê segurança ao Presidente, à Agevisa e que a gente possa mandar para outra esfera superior, para que engrosse o caldo com a gente.

O meu questionamento, a minha dúvida é, até onde o terapeuta vai? Como é que eu vou fiscalizá-lo hoje? Se essa escola que ele teve a formação, é uma escola realmente que dá o crivo para ele atuar nessa função? E depois dessa linha, quem vai atuar e como é que fiscaliza? Obrigada.

A SRA. ADEILDE MARQUES – Então.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Pode se pronunciar à vontade.

A SRA. ADEILDE MARQUES – Obrigada. O órgão de classe do terapeuta no Brasil, atualmente, é a Fenate. Como que a gente fiscaliza? Quando o terapeuta vem filiar-se, ele tem que apresentar a certificação. A gente só recebe, depois que avalia os certificados que eles nos trazem, é que a gente registra. É justamente aí onde a gente faz essa fiscalização da qualidade do que está vindo. E qual é a preferência que a gente dá? Os cursos que estão registrados na federação. Lá no site têm. Porque esses passaram pelo crivo, esses, alguns que precisaram melhorar a qualidade, nós orientamos, até chegar no que a gente queria.

No Brasil o órgão de classe, a quem se deve denunciar é a Fenate. Os outros são academias. Cada academia vai fiscalizar o seu próprio grupo. A fisioterapia vai fiscalizar os fisioterapeutas. Biomédicos — a minha filha também é —, vão fiscalizar quem? Os biomédicos. E a Fenate vai fiscalizar os terapeutas. A nossa fiscalização é desse jeito. É justamente na hora que vêm, aqueles que estão filiados com a gente, todos passam por um crivo.

Tanto que a gente quando vai filiar, a gente recebe primeiro a documentação, depois que está tudo certinho, as escolas que não são registradas, como essa faculdade daqui, com um curso de Naturologia de 900 horas. Foi dado em poucos meses e vem com a lei, o certificado com a lei sem número. Essa foi bem interessante. Eu entrei em contato com o reitor, sei lá, conversei com ele, questionei e findou que a gente não recebeu. Não recebemos.

Tem muitas coisas no MEC que precisa ser realmente..., o MEC é um campo minado também, que precisa ser bem peneirado. O Ministério do Trabalho até que nem tanto. Até aquela época, onde o Ministro Lupi foi deposto, de lá para cá acho que melhorou um pouco. E quando o Presidente assumiu, ele foi distribuído em dois ministérios.

Mas o MEC e o Ministério da Saúde, me desculpem, pela nossa avaliação, realmente tem muita coisa lá dentro que

vocês não sabem e que a gente que está aqui fora, enfim, vai chegar o momento. Está tudo vindo à tona. Está tudo sendo esclarecido e acho necessário esse entendimento. Onde eu sempre coloco, que todos temos que caminhar de mãos dadas, para ir resolvendo juntos as dificuldades que aparecem e não excluir, que é o que estão fazendo com a categoria dos terapeutas. Isso partindo do Ministério da Saúde.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Perfeito. Bem colocado. Mais alguém gostaria? Aqui está inscrita, perdão, a Senhora Maria José. Ela está presencial? Está on-line? Então com a palavra a Senhora Maria José.

A SRA. MARIA JOSÉ FERREIRA SALES (Por videoconferência) – Boa tarde. Saudações e minha gratidão a todos os representantes do governo que estão nesta reunião, e à nossa presidente Adeilde, que representa todos nós neste momento.

Gostaria de dizer apenas que o que nós estávamos pedindo é exatamente a legalidade da categoria. Os critérios ou processos para chegar ao nosso objetivo precisam ser construídos. Gostei muito da ideia do Deputado Alex de formar um grupo para essa finalidade.

Abraço a todos e a minha gratidão.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) – Obrigado pela participação.

Eu creio que a partir desse momento agora é a construção de um grupo técnico onde o grupo vai apontar, por exemplo, e disciplinar. No primeiro momento, eu pensei: “não, vou propor um Projeto de Lei para regulamentar”. Mas, um Projeto de Lei estadual não pode sobrepor um Projeto de Lei federal. Então, um dos caminhos apontados seria uma regulamentação no Congresso. Eu acho que esse seria... Para podermos ficar todos tranquilos.

Mas esse grupo técnico, pelo menos nós podemos avançar até onde tal profissão pode avançar, sem bater de frente com as demais. E também vou ser bem sincero, é muito difícil fiscalizar. Nós temos aqui 2000 terapeutas no Estado de Rondônia. Aqui nós temos, é um Estado — apesar de termos poucos municípios, nós temos apenas 52 municípios —, mas é um Estado mais ou menos nas mesmas dimensões do Paraná. Então, territorialmente, nós somos grandes, é um Estado grande, o Estado de Rondônia.

E, essa questão das terapias está cada vez crescendo mais. Eu mesmo, tem um trabalho social que nós apoiamos lá no município de Ariquemes, que são as terapeutas. Elas fazem a massoterapia nos bairros. São ações sociais. Que é acupuntura... Então, são técnicas que chamam a atenção e as pessoas que se submetem têm elogiado. E essa é uma tendência: o ser humano quer cada vez menos comprimidos, quer menos antibióticos. Ele quer a cura através das plantas, através das terapias alternativas. Então é algo crescente.

E, até um puxão de orelha no Congresso. Eu creio que o Congresso poderia debater esse assunto mais a fundo. Porque quem vai trazer uma segurança jurídica a todos os Estados é o Congresso. Porque ele tem a prerrogativa e a competência para regular as ocupações e as profissões. Então a gente fica aqui meio de mãos atadas. Então eu penso, Coronel Gregório, que é fazer um grupo técnico de estudo para apresentar as alternativas.

Nesse grupo técnico, hoje aqui muitas pessoas não es-

tão presentes na Audiência, mas podemos também contatar pessoas especialistas na área. A nossa Presidente, com certeza, pode indicar pessoas também, que fazem parte da federação dos terapeutas no Brasil. Com certeza, várias pessoas que estão participando on-line podem contribuir também com esse grupo técnico.

Eu vou deixar responsável, a Doutora Maria do Socorro Rodrigues da Silva, que é mestre em Ciências da Saúde e faz parte da executiva, Secretaria Executiva. Então, ela toma a frente desse grupo e nós damos o encaminhamento. Porque não adianta nós fazermos alguma coisa só para poder colocar o nosso nome em evidência, dar uma falsa ilusão, não adianta. É melhor nós trabalharmos sempre com transparência, trabalharmos com a verdade. Então, eu creio que o principal objetivo aqui alcançado será a criação desse grupo técnico, Socorro, e vamos colocar os demais interessados e juntos encontrarmos um caminho, encontrarmos uma solução.

E também gostaria que a mídia da Assembleia Legislativa desse a evidência necessária a esta reunião. Muitas pessoas não conhecem ainda as terapias, é algo que precisa ser divulgado. Vamos fazer uma matéria a nível estadual, divulgando as potencialidades também da terapia. Está aqui o nosso jornalista Paraíba, popularmente conhecido como Paraíba, depois pegue alguns dados da nossa Presidente. E também, além de evidenciar a Audiência Pública, evidenciar também as terapias à disposição da população.

Mais alguém gostaria de fazer algum comentário? Passo aqui para a Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DA SILVA - Pegando a fala do Presidente, a gente criaria um grupo técnico. A gente poderia se encontrar de forma on-line, devido à senhora morar em Brasília. Participariam a Assembleia, a Agevisa, a Fenate, a Secretaria Estadual de Saúde e mais alguma categoria, algum Conselho de Classe que gostaria de participar. A gente poderia se reunir e começar a escrever, trazendo todos esses elementos importantes para que a categoria seja reconhecida e que tenha a sua atuação devida.

O parecer final, a gente poderia só ler em plenário em uma Sessão da Assembleia e a gente encaminharia esse parecer à bancada federal. Pegaríamos dois parlamentares federais que sejam de afinidade nossa, deputados parceiros, que estão sempre aqui na Casa, para que seja essa voz lá no Congresso.

Então, eu me responsabilizo em enviar o parecer final à bancada federal. Poderia entregar pessoalmente quando o parlamentar estivesse aqui, ou mandava de forma oficial ao parlamentar para que ele levasse isso ao Congresso, e que comprasse realmente essa ação, e que as coisas realmente caminhem com o reconhecimento do curso.

Eu acho que este é um ano fértil. Ou vai, ou vai.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais alguém gostaria de usar a palavra? Não havendo, eu vou encerrar os trabalhos. E fica a Socorro responsável então, por fazer esse grupo técnico e vamos avançar.

Mais uma vez, agradecer a presença da nossa Presidente ao nosso Estado. Seja muito bem-vinda. A senhora tem um co-

nhhecimento profundo e a gente sente que você tem um grande amor pelo que você faz. Então, a Fenate está de parabéns com uma Presidente à sua altura, uma Presidente realmente dedicada.

Quero, mais uma vez, mandar um abraço para meu grande amigo, um amigo meu de infância, Elmo Casso, faz anos que ele vem falando do seu trabalho e, realmente, ele tem toda a razão. Você faz um ótimo trabalho, sua dedicação total à causa. Não é algo fácil, mas com a ajuda de todos, sempre encontraremos um bom caminho.

Parabéns para todos os participantes da Audiência, o Coronel Gregório. A todos da Agevisa, nosso muito obrigado. A todos da Saúde, nosso muito obrigado. Obrigado mesmo.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva, agradecemos a presença de todos que acompanharam esta ilustre solenidade. Declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos uma excelente tarde a todos. Deus abençoe a todos. Obrigado.

(Encerrada às 17 horas e 38 minutos)

PRIMEIRA SECRETARIA

ATO Nº. 11/2022 - 1ª SECRETARIA /ALE

Relotação do Servidor Estatutário **José Danilo Lopes Rangel** para desenvolver suas atividades laborais na Escola do Legislativo/RO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Inciso 11 do artigo 16 do Regimento Interno e do Inciso 11 do Artigo 1º da Instrução Normativa 001, de 30 de maio de 2019, desta Casa de Leis. RESOLVE:

Art. 1º - RELOTAR na Escola do Legislativo/RO, o Servidor Estatutário **José Danilo Lopes Rangel**, inscrito sob a matrícula nº 100021055, Analista Legislativo, onde desenvolverá suas atividades laborais.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação e com efeitos legais a contar do dia 16 de maio de 2022.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Porto Velho, 16 de maio de 2022.

DEP. JAIR MONTES
1º Secretário ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 378/2022-SRH/D/SG/ALE**

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 27/05/2022 a 28/05/2022 ao Deputado Estadual Eyder Brasil do Carmo, matrícula nº 200165400, que irá via transporte aéreo de Porto Velho/RO a Manaus/AM, participar do 1º Encontro das Comissões de Saúde das Assembleias Legislativas da Amazônia Legal, conforme Processo nº 17183/2022-e.

Porto Velho - RO, 17 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 379/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021.

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 18/05/2022 a 20/05/2022 à servidora relacionada, que irá via transporte terrestre de Porto Velho/RO aos municípios de Rolim de Moura, Alta Floresta D'Oeste e Parecis/RO, representar o Deputado Estadual Cirone Deiró em reuniões em Associações, Agroindústrias e Prefeituras a fim de acompanhar, dar celeridade e esclarecer sobre os recursos enviados pelo Parlamentar, bem como verificar acerca das necessidades da região, conforme Processo nº 17540/2022-e.

Matrícula: 200165534

Nome: Mary Teresinha Braganhol
Cargo: Chefe Gabinete Dep.
Lotação: Dep. Cirone Deiró

Porto Velho - RO, 17 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº 380/2022-SRH/D/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019 e, o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021; Considerando o Memorando nº 095/2022-SUP COMS e o Despacho nº 2614/2022-SF, contidos no Processo nº 16365/2022-e;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato nº 358/2022-SRH/D/SG/ALE, de 11/05/2022, publicado no Diário Oficial da ALE/RO nº 082, pág. 1568-1569, em 11/05/2022, 04 (quatro) diárias no período de 12/05/2022 a 15/05/2022 ao servidor Jocenir Sergio Santanna, Assessor, matrícula nº 200169410, para se deslocar de Porto Velho/RO a Vilhena/RO, a fim de realizar cobertura jornalística de Sessão Solene.

Porto Velho - RO, 17 de Maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1435/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

O Servidor **EDSON FERREIRA DA SILVA**, matrícula nº 2651, ocupante do Cargo de Gari, pertencente ao Quadro de Servidores Efetivo da Prefeitura de São

Miguel do Guaporé/RO, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 11 de maio de 2022.

Porto Velho, 16 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1437/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A lotação do servidor **JIMY KEPLER DA CONCEIÇÃO WANDERLEY**, matrícula 200169628, para o Gabinete da 1ª Secretaria – Deputado Jair Montes, a contar de 02 de maio de 2022.

Porto Velho, 16 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1436/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

JONAS CORDEIRO DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-30, no Gabinete da Presidência, a contar de 02 de maio de 2022.

Porto Velho, 16 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ERRATA

No Diário Oficial da Assembleia Legislativa nº 084, publicado no dia 13 de maio de 2022, promovendo a seguinte alteração no ATO Nº1409/2022-SRH/SG/ALE,

que nomeou a Servidora **MAIARA LANA PINHEIRO FALCÃO**, conforme o memorando nº 358/GDJP/2022.

ONDE SE LÊ:

Código AP-19.

LEIA-SE:

Código AP-23.

Porto Velho-RO, 16 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1438/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ROSIANE FERNANDES DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Especial, código AE-05, do Gabinete do Secretário Legislativo, a contar de 07 de maio de 2022.

Porto Velho, 16 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

ATO Nº1439/2022-SRH/SG/ALE

O SECRETÁRIO GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

DESIGNAR:

O servidor **WESLEY NUNES FERREIRA**, matrícula nº 200168832, ocupante do Cargo de Assessor, como Gestor da Ata de Registro de Preços nº 001/2020/ALE-RO, do Processo Administrativo nº 31190/2021, do Pregão Eletrônico nº 028/2021 CPP/ALE/RO, a contar de 01 de maio de 2022.

Porto Velho, 17 de maio de 2022.

MARCOS OLIVEIRA DE MATOS
Secretário Geral ALE/RO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

(Republicado por erro material)

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.723,
DE 11 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao
3º SGT PM **Renan Pereira de Carvalho**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT PM **RENAN PEREIRA DE CARVALHO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 11 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

(Republicado por erro material)

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.724,
DE 11 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT PM **Bonifácio Ermita Júnior**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT PM **BONIFÁCIO ERMITA JÚNIOR**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 11 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

(Republicado por erro material)

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.726,
DE 11 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT PM **Anderson Marcos Vieira**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 2º SGT PM **ANDERSON MARCOS VIEIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 11 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.735,
DE 17 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Jorge Isaías Chávez Chávez**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **JORGE ISAIÁS CHÁVEZ CHÁVEZ**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.736,
DE 17 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Paulo Rogério da Costa Andreoli**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **PAULO ROGÉRIO DA COSTA ANDREOLI**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.737,
DE 17 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **Elcio Raasch**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado

pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **ELCIO RAASCH**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.738,
DE 17 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **Márcio Melo Nogueira**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor **MÁRCIO MELO NOGUEIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.739,
DE 17 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **Teresleno de Souza Ferreira**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO

ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **TERESLENO DE SOUZA FERREIRA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.740,
DE 17 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT BM **Nicodemus Dias Cardoso**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao 3º SGT BM **NICODEMES DIAS CARDOSO**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.741,
DE 17 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **Paulo Roberto dos Santos Júnior**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **PAULO ROBERTO DOS SANTOS JÚNIOR**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.742,
DE 17 DE MAIO DE 2022.**

Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **Marcello Machula**.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, do Regimento Interno e do Decreto Legislativo nº 591, de 20 de maio de 2015, alterado pelos Decretos Legislativos nº 627, de 30 de março de 2016, nº 647, de 24 de agosto de 2016, nº 1.124, de 23 de outubro de 2019 e nº 1.503, de 23 de novembro de 2021, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha do Mérito Legislativo ao CB PM **MARCELLO MACHULA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2022.

Deputado ALEX REDANO
Presidente – ALE/RO